



INTEGRANDO

Informativo do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais

SINDIMETRO-MG



20 DE JULHO 2016

Assembleia abrirá o processo eleitoral do SINDIMETRO

Realizaremos, em 02 de agosto, uma ASSEMBLEIA GERAL para eleger a Comissão Eleitoral que comandará todo o processo de eleição da próxima diretoria do Sindicato, gestão 2016-2019.

E para que os companheiros e companheiras não esqueçam da ASSEMBLEIA, voltaremos a convocá-los na próxima semana. Mas, não custa nada marcar desde já esse importante compromisso na agenda...



Acordo Coletivo na espera de autorização do DEST

A CBTU informou que aguarda autorização do DEST para inclusão na folha de pagamento dos percentuais do Acordo Coletivo e seus respectivos retroativos. O mais provável é que entre na folha de agosto, com pagamento em setembro.

Os trabalhadores e seus sindicatos se esforçaram na busca do acordo, cumpriram todos os prazos exigidos e espera que a CBTU cumpra com a sua responsabilidade em relação aos trabalhadores.

Manteremos a categoria informada!



Filiados recebem o Estatuto do SINDIMETRO

A diretoria do Sindicato está distribuindo nas áreas para TODOS os filiados o Estatuto da entidade, aprovado no 4º Congresso em novembro de 2015.

Os interessados - filiados ou não - também o encontrarão publicado no site: www.sindimetromg.org.br

Sobre o desdobramento de férias

Os trabalhadores da área de Segurança não estão conseguindo desdobrar suas férias, direito garantido em Acordo Coletivo. O SINDIMETRO está buscando resolver o problema administrativamente e espera solucioná-lo na reunião marcada com o Superintendente.

No entanto, caso não se chegue a um acordo,

o SINDIMETRO ajuizará imediatamente na Justiça do Trabalho mais um processo contra a CBTU, dessa vez por descumprimento de cláusula do Acordo Coletivo. Esperamos que o bom senso – que passa pelo respeito às normas e relações de trabalho, da qual o ACT é um dos componentes – prevaleça entre os administradores da STU/BH!

O que acontece no Brasil É SIM problema da classe trabalhadora

Há uma parcela importante dos trabalhadores que julga que o que está acontecendo no Brasil é “coisa de político” e que é “tudo igual”. Ninguém tira a razão desses companheiros e companheiras, ainda que seja necessário responder a uma pergunta: **vai melhorar ou piorar a situação para a classe trabalhadora? No entanto, antes de responder categoricamente a essa pergunta, vejamos alguns dos projetos de leis, leis complementares e medidas provisórias que estão sendo aprovadas ou em discussão no Congresso:**

Medida Provisória (MP) 727: Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 12 de maio, essa MP dá poderes ao governo federal – é lei assim que publicada – sem precisar de autorização do Congresso e/ou governos estaduais e municipais, de privatizar TODAS as estatais. O governo interino de Michel Temer já constituiu a Comissão para dar andamento aos processos de privatização.

Reforma da Previdência: O governo interino encaminhou para o Congresso um projeto de reforma, mas a retirou para “aperfeiçoá-la”. Entretanto, já anunciam que o objetivo é mudar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos de homens e mulheres; acabar com o critério de tempo de serviço; mexer ou acabar com aposentadoria especial para algumas categorias profissionais, entre outras barbaridades. A alegação é que a Previdência é deficitária, mas na realidade o que o governo quer é favorecer a Previdência privada.

PL 4567: É de autoria do Senador e Ministro interino José Serra, que tira da Petrobras a função de operadora única do pré-sal, acaba com a participação mínima de 30% da Petrobrás nos processos de licitação para exploração das reservas e com a obrigatoriedade de repassar parte dos lucros do pré-sal (24 bilhões de reais anuais) para a Educação. Essa lei permite que as multinacionais explorem o pré-sal sem nenhum controle nacional.

PEC 241: É um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), também enviada ao Congresso pelo governo interino de Temer. Se aprovado, o governo ficará des-

brigado de realizar repasses fixos do orçamento da União para a Saúde e Educação pública. O governo ainda poderá congelar esses repasses por 20 anos, além de congelar pelo mesmo período os salários dos servidores. Tudo isso com o objetivo de economizar para o pagamento dos juros da dívida pública! Em outras palavras, retira dinheiro dos serviços públicos para pagar aos banqueiros! Se essa medida tivesse sido adotada há 12 anos, a Saúde e a Educação teriam deixado de receber mais de 5 bilhões de reais!

PLC 257: Esse Projeto de Lei Complementar (PLC) complementa a PEC 241. Também em discussão no Congresso, se aprovado vai mexer na estabilidade do funcionalismo público, no regime jurídico único; acabar com os concursos públicos e congelar os salários dos servidores.

PLS 30: É o Projeto de Lei da terceirização que está para ser votado no Senado e que na Câmara tinha o número de PL 4330. Se aprovado, patrões e governos poderão terceirizar as atividades fins, ou seja, a terceirização será irrestrita! No serviço público e estatais esse projeto acaba na prática com a necessidade de concurso público, além de pressionar os trabalhadores efetivos no sentido da retirada de direitos e benefícios, que não são pagos aos terceirizados.

PL 4962: Esse projeto do deputado Daniel Vilela (PMDB) visa nos fatos rasgar a CLT. Se aprovado, permite ao empregador fazer “acordos” com o empregado ou seus sindicatos abaixo do que prevalece na Legislação. Ou seja, o trabalhador fica ao

sabor de ameaças e chantagens do patrão ou governos e pode ser obrigado a abrir mão do 13º, férias e outros benefícios que hoje são garantidos por lei.

O que querem os empresários

E como se não bastasse, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga Andrade, vai à imprensa para defender que é necessário aumentar a jornada de trabalho de 44 para 80 horas semanais. Ainda que tenha corrigido para 60 horas, nada muda nas intenções que esse senhor demonstrou ter em relação aos trabalhadores. É a volta ao final do século 19 quando a jornada de trabalho era de 16 horas diárias e os trabalhadores da Europa combateram com sangue para impor as 8 horas!

Soma-se à declaração do empresário/carrasco da CNI, outra do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Benjamin Steinbruch, que defendendo a flexibilização das relações do trabalho, declarou que o trabalhador não precisa de uma hora de almoço, ele pode comer “o sanduíche com a mão esquerda, e operar a máquina com a direita”!

Nada disso é fortuito, companheiros e companheiras! Os patrões, os homens que governam para as classes dominantes estão se sentindo à vontade para desferir e preparar ataques aos trabalhadores!

Então, agora dá para responder categoricamente que SIM, esse governo quer acabar com as conquistas da classe trabalhadora e precisa ser combatido!

A necessidade da greve geral

Neste cenário, não há um trabalhador, uma categoria por mais forte que seja que pode enfrentar isoladamente esses ataques. É por isso que a Executiva Nacional da CUT, em sua reunião de 05 de julho, aprovou levar a discussão às CUTs estaduais, aos sindicatos, a cada local de trabalho, a necessidade dos trabalhadores prepararem a **GREVE GERAL**.

Precisa ser uma greve forte, de todas as categorias para impedir a reforma da Previdência, a aprovação da terceirização irrestrita,

acabar com os projetos de destruição dos serviços públicos e privatizações, além de combater contra a entrega do pré-sal para exploração irrestrita das multinacionais. Por isso, o SINDIMETRO quer fazer essa discussão com a categoria. Nós não vamos manter os nossos direitos e as nossas conquistas se não nos juntarmos à luta de **TODOS** os trabalhadores. O SINDIMETRO buscará convencer cada trabalhador de sua base da justiça e da necessidade da **GREVE GERAL!** Voltaremos ao assunto.